



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Aquisição de móveis para a Sede e Cartórios Eleitorais.

2. Fundamentação da Contratação

A aquisição de mobiliário para os Cartórios Eleitorais e Sede do TRESA compõe um conjunto de iniciativas que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos servidores e colaboradores. Para que se possa alcançar resultados profícuos é necessário a otimização do espaço físico com a instalação de móveis e equipamentos específicos que propiciem o adequado funcionamento de todos os seus setores, dentro das condições exigidas de conforto, segurança e higiene.

Fazem parte deste mobiliário armários, mesas, balcões, cujas especificações serão apresentadas posteriormente. Por suas peculiaridades, tais produtos precisam ser fabricados conforme projeto específico para manter o padrão dos móveis do Tribunal e atender padrões satisfatórios de qualidade e ergonomia.

É necessária a presente aquisição para repor o estoque de móveis e atender a todas as necessidades da Justiça Eleitoral.

3. Descrição da solução

Pretende-se adquirir mesas e cadeiras que possibilitam montar estações de trabalho de forma organizada e segura, maximizando o uso do espaço, além de proporcionar um ambiente de trabalho funcional e organizado. Os móveis serão adquiridos, conforme especificações abaixo:

✓ Item 1: Mesa de Reunião – MR1

DIMENSÕES	120cm de diâmetro x 73cm de altura (já com niveladores de piso).
BASE	Formada de tubo central, 04 braços para apoio do tampo e 05 pés, com ponteiros de acabamento em copolímero de polipropileno e niveladores de piso com eixo de aço rosqueável e corpo de polipropileno, na cor preta. Em aço ABNT 110/120, tubular, de seção retangular de 50 x 20 mm, com espessura da parede de 1,5mm, com tratamento anti-ferruginoso e pintura epóxi na cor preta fosca.
TAMPO CIRCULAR	Estrutura: em MDF tipo standard com espessura de 25mm. Revestimento: total (inclusive na face inferior) em laminado melamínico de alta pressão de 0,6mm de espessura, acabamento texturizado, na cor argila. Borda com acabamento em PVC boleado, de 180º, colada a quente, também na cor argila.
QUANTIDADE	10 (dez) unidades

✓ Item 2: Mesa de Servidor - MS3

DIMENSÕES	140 Cm de largura x 70 cm de profundidade x 73 cm de altura.
BASE	Estrutura: pé/painel em MDF tipo <i>standard</i> com espessura de 25 mm, reforçado com cantoneiras de aço entre a lateral/tampo e entre o painel frontal e os, laterais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Com niveladores de piso com parafuso 8 mm x 60 mm, zincados na cor preta. Revestimento: total em laminado melamínico de alta pressão com 0,6 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor argila. Faces: frontal e posterior, dos painéis laterais com fita de acabamento com 2 mm, também na cor argila, colada a quente.
TAMPO	Estrutura: em MDF tipo <i>standard</i> com espessura de 25 mm. Revestimento: total (inclusive na face inferior) em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor argila. Bordas: frontal e posterior, em <i>post forming</i> 180°. Laterais com fita de acabamento, na cor argila e espessura aproximada de 2 mm, colada a quente.
PAINEL FRONTAL (SAIA)	Medindo 35 cm de altura, recuado a 12 cm das bordas frontais (conforme desenho). Estrutura: em MDF tipo <i>standard</i> com espessura de 20 mm. Revestimento: total em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor argila.
SISTEMA DE FIAÇÃO	Com canaletas de PVC na cor cinza, com altura aproximada de 3 cm, e 2 tampas em polipropileno na cor preta em ambos os lados do tampo da mesa (conforme desenho).
QUANTIDADE	30 (trinta) unidades.

✓ Item 3: Mesa para Copa - MCO

DIMENSÕES	120 cm de largura x 60 cm de profundidade x 73 cm de altura (já com os niveladores de piso).
BASE	Estrutura: 4 pés, 5 cm x 5 cm, em MDF tipo <i>standard</i> , reforçado com cantoneiras de aço entre lateral / tampo e entre o painel lateral e os pés. Com niveladores de piso com parafuso 8 mm x 60 mm, zincados, na cor preta, com altura máxima de 2cm. Revestimento: total, em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila.
TAMPO	Estrutura: em MDF tipo <i>standard</i> com espessura de 18 mm. Revestimento: total (inclusive na face inferior) em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor argila. Laterais com fita de acabamento, na cor argila e espessura aproximada de 2 mm, colada a quente.
PAINÉIS LATERAIS (SAIA)	Medindo 8cm de altura. Estrutura: em MDF tipo <i>standard</i> com espessura de 15 mm. Revestimento: total em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila.
QUANTIDADE	5 (cinco) unidades

✓ Item 4: Gaveteiro Volante - G1

DIMENSÕES	43 cm de largura x 50 cm de profundidade x 60,5 cm de altura (com os rodízios).
REVESTIMENTO	Revestimento: total externo (inclusive no fundo do móvel), em laminado melamínico de alta pressão, com 0,6 mm de espessura, texturizado, na cor argila. Revestimento: total interno (inclusive no fundo do móvel), em laminado melamínico de baixa pressão, na cor argila.
LATERAIS, FUNDO E BASE	Estrutura: em MDF tipo <i>standard</i> com espessura de 18 mm.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TAMPO	Estrutura: em MDF tipo <i>standard</i> com espessura de 20 mm. Borda frontal em <i>post forming</i> 180°. Laterais com fita de acabamento, na cor argila e espessura aproximada de 2mm, colada a quente.
04 GAVETAS	Estrutura: em MDF tipo <i>standard</i> com espessura de 15 mm. Sistema de Deslizamento: sobre trilhos de aço de 1,2 mm de espessura, em pintura epóxi na cor branca. Sistema de Chaveamento: frontal, à direita, simultâneo para todas as gavetas, com chave dobrável. Bandejas para Material de Expediente: 1ª gaveta com altura menor contendo 02 (duas) bandejas internas para material de expediente, em PVC, na cor preta. Largura Interna Aproximada: 34cm Bordas frontais em <i>post forming</i> 90°.
PUXADORES	Em alumínio maciço com 10 cm de furo a furo aproximadamente, pintura epóxi preta, com seção circular.
SISTEMA COM 04 RODÍZIOS	Especificação de cada rodízio: altura aproximada do piso ao móvel 7 cm, diâmetro aproximado da roda 5cm, base e trava em metal zincado e fixação tipo placa (o travamento é imprescindível apenas nos rodízios frontais), roda única na cor preta com giro de 360°, que suporte aproximadamente 30kg. Observação: o sistema deverá suportar aproximadamente 120kg.
QUANTIDADE	20 (vinte) unidades

✓ Item 5: Cadeira Giratória Operacional

DIMENSÕES	<ul style="list-style-type: none">▪ Altura total da cadeira: 915mm a 1175mm▪ Largura total da cadeira: 620mm a 660mm▪ Profundidade total da cadeira: 550mm a 780mm▪ Extensão vertical do encosto: 470 a 576mm▪ Largura do encosto: 460 a 470 mm▪ Profundidade da superfície do assento: 465 a 510 mm▪ Largura do assento: 465 a 510 mm▪ Altura do assento: 470 a 600 mm
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	ENCOSTO Encosto de espaldar médio com curvatura anatômica, com estrutura de sustentação injetada em nylon OU poliamida 6.0 com 30% de fibra de vidro, de alta resistência mecânica, à fadiga e a impactos, revestido em tela 100% poliéster, sem utilização de espuma e similares, e apoio lombar móvel ajustável para o usuário, na parte posterior do encosto. Encosto fixado diretamente no mecanismo. ASSENTO Assento com espuma anatômica injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, com espessura média de 40 a 60 mm, densidade mínima de 33Kg/m³, indeformável, característica fogo retardante e, preferencialmente com concha interna de compensado multilaminado, moldado anatomicamente a quente, com espessura média de 10,5 a 15 mm, com borda frontal ligeiramente curvada no assento para evitar o estrangulamento da circulação sanguínea. Revestido com tecido sintético de alta resistência, fixado por grampos com acabamento galvanizado ou zincado, carenagem texturizada em polipropileno copolímero injetado de alta resistência a impactos e abrasão, com bordas arredondadas para proteção do estofado e 100% reciclável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>MECANISMO</p> <p>Mecanismo do tipo relax Sincron com, no mínimo, 4 estágios de regulagem de inclinação do assento e encosto e travamento na posição desejada, dotado de sistema anti-impacto que libera o encosto somente com aplicação de leve pressão das costas do usuário evitando impactos indesejados ou relax livre com livre flutuação. Possui regulagem de tensão da mola por manípulo frontal ou peso-pessoa, com alavanca de comando independente para a regulagem de inclinação do encosto e para a regulagem da altura do assento.</p> <p>COLUNA</p> <p>Coluna central giratória com regulagem de altura por acionamento a gás, desmontável, fixada por encaixe cônico Morse, confeccionada em aço SAE 1010/1020 com pintura epóxi a pó. Haste central pressurizada, que propicia suavidade de amortecimento, curso de regulagem de 100 a 115 mm (com tolerância de ± 5mm quando medida montada), confeccionada em aço SAE 1045 e com conificação tipo Morse na parte superior para encaixe no suporte de fixação do assento da cadeira. Resistência a esforços de pressão de até 300 N.</p> <p>BASE</p> <p>Base giratória com aranha de 5 hastes/patas (equidistantes a 72° e raio de 325 a 345mm), injetada em nylon poliamida 6.0 com carga de fibra de vidro OU fabricada com tubos de aço SAE 1010/1020 retangular 20x30 mm e 1,50 mm de espessura de parede, que garantam características de ótimas tenacidade, resistência mecânica, resistência à abrasão a calçados e a produtos químicos. Encaixe do pistão de regulagem de altura da cadeira através do sistema de cone Morse. Rodízios de duplo giro, corpo 100% em nylon, com rodas de 50 a 65 mm, composto por um banda de rodagem em poliuretano. Eixo central usinado em aço.</p> <p>BRAÇO</p> <p>Braço em formato de "L" OU "T" com sistema de regulagem de altura deslizante através de botão lateral com 7 posições/estágios, com corpo e apoia braço injetados em polipropileno copolímero ou termoplástico, com alma de aço. Dimensões de 240 a 255 mm x 60 a 80mm (comprimento x largura).</p> <p>CORES</p> <p>Inteiramente na cor preta.</p>
--	---



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS	<p>(todos os certificados de conformidade deverão ser emitidos em nome do fabricante, por Organismos de Certificação de Produtos com acreditação no INMETRO)</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Laudo ou Declaração ou Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com a NR 17 (Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 423, de 07.10.2021), emitida por profissional habilitado, acompanhado por cópia de documento de identidade profissional (CREA, CRM ou CREFITO) ou outro documento que comprove habilitação para emissão do respectivo documento.▪ Laudo ou Relatório de Ensaio da espessura da película seca (tinta) sobre superfícies rugosas, em conformidade a NBR 10443:2008, com espessura média acima de 70 microns e aderência em conformidade a NBR 11003:2009, com resultado igual a 0/0.▪ Laudo ou Relatório de Ensaio de Corrosão por Exposição Atmosfera Úmida Saturada conforme NBR 8095:2015, com exposição mínima de 350 horas sem apresentar corrosão na amostra ensaiada, e ainda, apresentar Relatório de Ensaio de Resistência a Corrosão por Exposição à Névoa Salina conforme NBR 8094:1983 com exposição mínima de 500 horas, sem apresentar corrosão na amostra ensaiada.▪ Laudo ou Relatório de Ensaio da Densidade da Espuma, em conformidade com a NBR 8537:2015. Será aceito certificado emitido pela empresa fabricante do produto final.▪ Laudo ou Relatório de Ensaio de Retardação ao Fogo da Espuma da Cadeira, em conformidade com a NBR 9178:2022. Espuma flexível de poliuretano - Determinação das características de queima, com resultado da velocidade de queima menor que 100 mm/min. *Será aceito certificado emitido pela empresa fabricante do produto final.▪ Laudo ou Relatório de Ensaio de Resistência ao Uso da Espuma da Cadeira, em conformidade com NBR 8619:2015. Espuma flexível de poliuretano – Determinação da resiliência acima de 40%. *Será aceito certificado emitido pela empresa fabricante do produto final. <p>Justificativa:</p> <p>A sede e anexos do TRE-SC, assim como expressiva parte dos cartórios eleitorais do Estado, estão localizados em região litorânea, onde há a presença acentuada na atmosfera de névoa salina, cloretos e sulfatos, que podem atacar superfícies metálicas, se não atendidas condições mínimas normativas em relação à espessura e aderência da película de tinta, iniciando prematuramente processos de corrosão por exposição à maresia (névoa salina).</p> <p>As cadeiras serão utilizadas em um espaço de trabalho de uso coletivo, com afluxo intenso de pessoas dos mais variados portes/estaturas e pesos corporais. Nesse sentido, é importante garantir a densidade, a resistência e a resiliência ao uso das espumas, sem que ocorram deformações permanentes prematuras. Além disso, em atendimento às normas do Corpo de Bombeiros, as espumas devem atender a tempos mínimos de retardação ao fogo em caso de incêndio.</p> <p>Para garantir o desempenho, a durabilidade e a adequada vida útil dos produtos, requer-se o atendimento das normas técnicas mencionadas acima.</p>
------------------------------------	---



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>A apresentação de laudos ou relatórios técnicos de ensaios que comprovem o atendimento das características técnicas dos mobiliários às legislações e normas da ABNT não configura cerceamento da competitividade do certame, tendo que vista que diversos fabricantes nacionais atendem aos requisitos estabelecidos, como ratificado em consultas feitas ao mercado. Além disso, a documentação comprobatória exigida garantirá a aquisição de produtos com elevadas qualidade, ergonomia, desempenho, durabilidade e vida útil prolongada, em consonância aos critérios de sustentabilidade exigidos pela Administração Pública Federal.</p>
REFERÊNCIAS	<ul style="list-style-type: none">▪ Cadeira giratória operacional, linha YOU, código 215B1/059PRPRNW, da Marelli.▪ Cadeira giratória operacional, linha YON, código 47.101, da Cavaletti.▪ Cadeira giratória operacional, linha UNI All Black, da Flexform.
QUANTIDADE	50 (cinquenta) unidades

✓ Item 6: Cadeira Fixa Preta

ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">● Base com 4 pés, estrutura tubular curvada em aço ABNT SAE 1020 com diâmetro mínimo de 20mm e espessura da parede do tubo de 1,5mm no mínimo;● Acabamento em pintura eletrostática a pó, na cor preta, com tratamento antiferrugem, revestindo totalmente as partes metálicas da estrutura;● Característica: empilhável. Mínimo 5 unidades.
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">● Estrutura em madeira compensada multi-lâminas, com no mínimo 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrórepelente e contra insetos e fungos OU painel conformado anatomicamente, injetado em resina termoplástica, polipropileno (PP) copolímero;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<ul style="list-style-type: none">● Moldado anatomicamente com espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC OU espuma laminada de PU densidade 33, com espessura mínima e 4cm, alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;● Ligeira inclinação na parte frontal do assento;● Capa de proteção e acabamento em polipropileno texturizado com bordas arredondadas. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;● Dimensões mínimas: 44cm de largura e 40cm de profundidade;● Altura mínima do assento ao chão: 44cm;● Com borda frontal arredondada e ligeiramente inclinada;● Revestimento em couro ecológico na cor preta.
ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none">● Estrutura de polipropileno ou em madeira compensada multi-lâminas, com no mínimo 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos;● Moldado anatomicamente com espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC OU espuma laminada de PU densidade 33, com espessura mínima e 4cm, alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;● Capa de proteção e acabamento em polipropileno texturizado com bordas arredondadas. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;● Dimensões mínimas: 32cm de altura e 42cm de largura;● Revestimento em couro ecológico na cor preta.
QUANTIDADE	20 (vinte) unidades

✓ *Item 7: Cadeira giratória caixa alta na cor preta*

ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">● Com 4 pés, estrutura tubular curvada em aço ABNT SAE 1020 com espessura da parede do tubo de 1,5 mm no mínimo, no formato cilíndrico com diâmetro mínimo de 20mm OU no formato oblongo com bitola mínima de 16x30mm;● Acabamento em pintura eletrostática a pó, na cor preta fosca, com tratamento antiferrugem, revestindo totalmente as partes metálicas da estrutura;● Base em aço com capa protetora em polipropileno e rodízios;● Apoio de pé com regulagem de altura
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">● Em madeira compensada multi-lâminas, com no mínimo 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos, OU painel conformado anatomicamente, injetado em resina termoplástica, polipropileno (PP) copolímero;● Moldado anatomicamente, com espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC OU espuma laminada de PU densidade 33, com espessura mínima de 4 cm (quatro centímetros), alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<ul style="list-style-type: none">● Capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizado com bordas arredondadas. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;● Dimensões mínimas: 41 cm de largura e 33 cm de profundidade;● Altura mínima do assento ao chão: 66 cm;● Com borda frontal arredondada e ligeiramente inclinada;● Revestimento em corino, ou similar preta.
ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none">● Com estrutura de polipropileno ou em madeira compensada multi-lâminas, com no mínimo 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos;● Moldado anatomicamente, com espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC OU espuma laminada de PU densidade 33, com espessura mínima de 4 cm, alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;● Capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizada com bordas arredondadas. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;● Dimensões mínimas: 36 cm de altura e 29 cm de largura;● Revestimento em corino, ou similar, preto.
QUANTIDADE	20 (vinte) unidades.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Documento juntado ao Pae n. 8.378/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Item 5:

- Cadeira giratória operacional, linha YOU, código 215B1/059PRPRNW, da Marelli.
- Cadeira giratória operacional, linha YON, código 47.101, da Cavaletti.
- Cadeira giratória operacional, linha UNI All Black, da Flexform.

Item 6:

- Marca: Rio Flex, Modelo: FXB01F

Item 7:

- Marca: FK, Modelo: 1773CX

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.3. Códigos SIASG



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item 1: 608485

Item 2: 303941

Item 3: 369916

Item 4: 611774

Item 5: 613325

Item 6: 607528

item 7: 373599

4. Requisitos da contratação

Os produtos que serão adquiridos deverão manter o padrão de especificação do mobiliário adotado pelo TRESC e observar requisitos mínimos de qualidade, durabilidade, segurança e economicidade.

A empresa deverá se responsabilizar pelo cálculo da carga aplicada e pela adequação dos materiais especificados e utilizados, garantindo assim a completa execução, montagem, funcionalidade, durabilidade e segurança do sistema proposto.

Os móveis devem ser fabricados conforme as normas técnicas vigentes, cabendo à empresa prestar garantia e assistência técnica conforme solicitado no Edital de Licitação.

Entende-se como requisitos funcionais a observância do prazo e local da entrega, à disponibilidade e o fornecimento dos produtos em perfeito estado e nas condições estipuladas pelo Contratante, bem como à regularidade fiscal da empresa.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

Os produtos deverão ser entregues em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho.

Se constatada qualquer irregularidade, os produtos deverão ser substituídos em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRESC

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Entregar os produtos no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESC, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130 (saída 210 da Br-101), Jardim Eldorado, Palhoça - SC, CEP 88133-535, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Entregar produtos com prazo de **garantia do fabricante** de, no mínimo, 1 (um) ano para os itens 1 a 4 e, de 5 (cinco) anos para os itens 5 a 7, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRESC;

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da assinatura até o recebimento definitivo pelo setor responsável do TRESC.

5.7. Obrigações da Contratante

a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital; e

b) promover, por meio da equipe designada no item 6.2, a gestão da contratação, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta, observado o seguinte:

- a) os móveis deverão ser entregues MONTADOS - incluídos todos os acessórios.
- b) as fitas de acabamento devem ser fixadas por processo mecânico, a quente;
- c) a empresa deverá se responsabilizar pelo cálculo da carga aplicada e pela adequação dos materiais especificados e utilizados, garantindo assim a completa execução, montagem, funcionalidade, durabilidade e segurança do sistema proposto; e
- d) quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Administração de Móveis e Equipamentos do TRESC, das 13h às 19h, pelo telefone (48) 3251-3865;

5.8.2. Entregar os produtos em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho;

5.8.2.1. A entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Móveis e Equipamentos do TRESC, por meio dos telefones (48) 3251 3122 ou (48) 3251 3865, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail para o endereço eletrônico ci-seame@tre-sc.jus.br;

5.8.3. Entregar os produtos no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESC, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130 (saída 210 da Br-101), Jardim Eldorado, Palhoça - SC, CEP 88133-535, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

5.8.3.1. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRESC;

5.8.3.2. Estando em mora a Contratada, os prazos para substituição de que trata o subitem **5.8.3.1** não interromperá a multa por atraso prevista no item 13 do presente Termo de Referência;

5.8.3.3. Em caso de substituição de produtos, conforme previsto no subitem **5.8.3.1**, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

5.8.4. Fornecer produtos com **garantia do fabricante** de, no mínimo, 1 (um) ano para os itens 1 a 4 e de 5 (cinco) anos para os itens 5 a 7, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRESC;

5.8.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

5.8.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.9. Transferência de conhecimento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Administração de Móveis e Equipamentos
Fiscal técnico	Assistente I da Seção de Administração de Móveis e Equipamentos
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de nota de empenho

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será realizado pela equipe designada no item 6.2.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação deverá ser por item, não cabendo parcelamento, uma vez que deve se resguardar a economia de escala. Quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser seu custo.

9.2. Seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante.

O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

O licitante que apresentar a proposta de menor preço deverá enviar as especificações e laudos técnicos ou certificações do produto que pretende oferecer, emitidos por laboratórios autorizados pelo INMETRO, comprovando a equivalência com os requisitos especificados no Edital, nos termos do Item 5 deste Termo de Referência.

A equivalência refere-se ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.

Se o licitante for o fabricante do produto, os laudos referentes às normas NBR 9178:2022 e 8619:2015 poderão ser substituídos por Certificados emitidos pela empresa fabricante do produto final.

9.2.1. Critérios de habilitação

- Não há requisitos específicos de qualificação técnica.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Quando se tratar de pessoa física, nos casos em que for permitida a participação, certidão negativa de insolvência civil, nos termos da IN SEGES/ME n. 116/2021.
- Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Considerando os valores consignados nos preços obtidos nos Estudos Técnicos Preliminares, obtém-se as seguintes médias de valor unitário:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	IPCA	Valor reajustado	Custo estimado total
1	Mesa de Reunião – MR1	10	R\$ 289,00	49,54	R\$ 432,18	R\$ 4.321,80
2	Mesa de servidor - MS3	30	R\$ 430,95	39,27	R\$ 600,19	R\$ 18.005,70
3	Mesa para Copa – MCO	5	R\$ 474,00	39,27	R\$ 660,14	R\$ 3.300,70
4	Gaveteiro Volante - G1	20	290,99	37,38	R\$ 399,77	7.995,40
5	Cadeira Giratória Operacional	50	R\$ 1.157,82	9,17	R\$ 1.264,02	R\$ 63.201,00
6	Cadeira Fixa Preta	20	R\$ 250,00	21,51	R\$ 303,77	R\$ 6.075,40
7	Cadeira giratória caixa alta na cor preta	20	431,40	21,51	524,19	R\$ 10.483,80
			Valor Total			R\$ 113.383,80

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo - I

Item - 13

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, sendo que a aquisição de mobiliário visa possibilitar que os servidores executem suas funções. Além disso, as madeiras dos móveis deverão ser oriundas de reflorestamento e a cadeira fixa utilizará couro ecológico.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1 a 6	02.122.0033.20GP.004 2 – Julgamento de Causas e Gestão	Elemento de Despesa: 44.90.52	R\$ 113.383,80



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Administrativa no Estado de SC		
Total			R\$ 113.383,80

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.